

Sarney garante: não haverá moratória.

O presidente acha que é preciso continuar negociando a dívida externa. E queixou-se da falta de apoio.

A possibilidade de o Brasil declarar a moratória de sua dívida externa foi descartada ontem pelo próprio presidente Sarney, que mostrou-se totalmente contrário à proposta levantada por alguns setores do PMDB e da oposição. "Nada de moratória. Temos de negociar a dívida externa", disse enfaticamente o presidente, numa entrevista à **TV Manchete**.

Sarney argumentou com a necessidade que o país tem de importar insumos que são básicos para a indústria. E citou um exemplo prático: o Brasil fabrica automóveis mas importa um material (o tungstênio) que é fundamental para a indústria automobilística; se declarasse a moratória, o suprimento de tungstênio fatalmente seria cortado, levando esse setor da indústria ao colapso.

Durante uma festa em Brasília — aniversário da esposa do ministro Aluizio Alves — o presidente da República queixou-se das críticas que vêm sendo feitas ao Cruzado II, argumentando que os organizadores de manifestações como o "badernaço" de quinta-feira passada em Brasília querem dar a impressão de que o seu governo é fraco demais para negociar a dívida com os credores. "Estão querendo tirar o meu tapete", teria dito o presidente.

Estratégia

De qualquer forma, segundo uma alta fonte da área econômica do governo, já está pronta a nova estratégia de renegociação da dívida externa, que descarta qualquer possibilidade de acordo com o FMI. A interpretação é de que esse acordo agora implicaria ajustes financeiros de curto prazo que a atual política econômica não permite. Segundo aquela fonte, o FMI tentaria forçar o Brasil a voltar à antiga política de aumentar as exportações em prejuízo do mercado interno.

A nova estratégia brasileira para renegociação da dívida tem, segundo a fonte, três princípios básicos. O primeiro é o de que não se tentará um acordo com o Fundo. Apesar disso, o segundo desses princípios é o de que o reescalonamento dos débitos com o Clube de Paris será feito a partir de um aval do próprio FMI. E o terceiro é o de que as negociações com os bancos credores privados serão conduzidas individualmente.

A hipótese de um novo acordo com o Fundo está descartada, segundo a fonte, porque a política da instituição tem características que entram em conflito com a atual política econômica brasileira. Um exemplo claro disso seria a questão da balança comercial: para chegar ao acordo, o Brasil teria que voltar a registrar grandes superávits comerciais, o que na prática, segundo o raciocínio das autoridades brasileiras, acabaria levando a uma outra recessão.

Outro ponto de conflito entre o Brasil e o FMI está no chamado monitoramento. O governo brasileiro não está disposto a permitir que a supervisão se faça nos moldes em que era feita antigamente. Essa condição, que faz parte do artigo 4º dos estatutos do Fundo, é seguida normalmente por todos os países filiados à instituição: são permitidas auditorias anuais, feitas por técnicos do Fundo, mas estes apenas julgam a situação

do país analisado, sem recomendar esta ou aquela política.

Argumentação

A proposta do governo brasileiro, nesta etapa de negociações que se inicia na segunda quinzena de dezembro, e que tem como data básica para o seu encaminhamento a análise do relatório das contas do Brasil pelo Board do FMI, no dia 10 de dezembro, baseia-se fundamentalmente no reconhecimento de que o Brasil possui peculiaridades que justificam o reescalonamento de seus débitos, sem a formalização de acordo.

Estas particularidades, que são frequentemente apontadas pela equipe de negociadores brasileiros, são o Plano Cruzado e agora o Cruzado II. O governo brasileiro não pretende atropelar as normas do Fundo, observou um dos negociadores brasileiros, mas reconhece que já passou pela fase de discussão desta excepcionalidade em que se constituiria o acordo com os credores oficiais antes do acordo com o Fundo.

Os bancos se preocupam menos que os governos, porque têm mecanismos de avaliação e acompanhamento das economias dos países, elementos com os quais não conta o Clube de Paris, que dispõe apenas das referências do FMI", lembrou a fonte.

Previsão

O atropelo pelo menos aparente, que segundo fonte econômica vem caracterizando o reinício das negociações com vistas ao reescalonamento da dívida externa brasileira, é em parte reconhecido pelo próprio governo, que previa melhor desempenho da balança comercial até o final do ano e melhor situação das reservas cambiais. Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento esperavam mais das exportações em 1986 e foram surpreendidos, de acordo com a mesma fonte, com o declínio das vendas externas em favor de crescimento da demanda interna.

De qualquer maneira, a surpresa do comportamento da balança comercial já foi absorvida pelo governo, que conta desde já com uma expectativa de superávit para o próximo ano entre US\$ 7,5 e US\$ 8 bilhões. Reconhece-se, assim, que não se pretende de forma alguma adotar modelo voltado para as exportações, com o objetivo de atender os compromissos da dívida externa.

O governo brasileiro fez uma opção de modelo econômico, e ele não comporta recessão mas crescimento em torno de 6% ao ano, que não se compatibilizaria com um desempenho da balança comercial com superávit de US\$ 12 bilhões, argumentou a fonte econômica.

Identificando esta tendência, a mesma autoridade reconheceu que a única saída será a redução do volume dos pagamentos. "Temos que fazer uma negociação justa", disse ainda. Para esta "negociação justa", o governo brasileiro pretende demonstrar que tem que sair da crise, em benefício de todos os países com os quais mantém relações econômicas, o que valeria dizer também reassumir compromisso com aumento das importações. "Os credores sabem de tudo isto, e mais: que não haverá acordo com o Fundo."